

# Questões que pareciam superadas voltam à pauta de telecomunicações

**Patricia Cornils**

De São Paulo

Não faria sentido, em um país de renda desigual como o Brasil, admitir que a telefonia local é um serviço monopolista, de forma que as concessionárias tenham fôlego para arcar com os custos de universalização? Estabelecer regras mais rígidas para estimular a entrada de novos concorrentes no setor não altera o equilíbrio econômico financeiro dos contratos assinados com as concessionárias locais?

Essas perguntas, feitas por executivos ligados à concessionárias locais, mostram que a pauta do momento, no setor de telecomunicações, é composta de questões que pareciam superadas quando o governo definiu, em 1997, que a competição era um dos princípios básicos do modelo brasileiro.

A necessidade de competição foi colocada na ordem do dia pela Embratel, pela GVT e por empresas que prestam serviços corporativos, que alertam para a tendência monopolista de um setor no qual as empresas dominantes são, também, donas das redes de acesso aos clientes. Em contraponto, as concessionárias locais argumentam que sua saúde financeira garante o acesso de parte da população aos serviços telefôni-

cos, porque 70% das linhas em serviço, de acordo com a Telefônica, não se pagam. São subsidiadas pela receita gerada pelas demais. E que o estímulo à competição nos mercados mais rentáveis comprometeria esse serviço, ao longo do tempo.

A disputa será definida até junho, de acordo com a resposta do órgão regulador a questões como desagregação de redes, portabilidade de números e separação entre empresas de longa distância e local. Propostas sobre esses itens foram feitas na consulta pública acerca da renovação dos contratos de concessão, em junho. Estão sendo discutidos os dilemas específicos do setor e como sua resolução poderá inverter o sentido do modelo e favorecer, em vez da competição, a concentração. Ou, ao impor novas obrigações às concessionárias locais, comprometer o serviço para setores de baixa renda.

O que têm os usuários a ver com isso? Na opinião de defensores de regras pró-competição, a existência de operadoras concorrentes é a forma de se fazer chegar ao público as inovações tecnológicas em curso no setor de telecomunicações. Mantido o domínio do mercado de telefonia local pelas concessionárias, a lógica dos investimentos nesse setor será sempre a da tentativa, por parte das empresas, de se apropriar das redu-

ções de custos ou dos ganhos de produtividade, em vez de repassá-los.

"Se a única consequência do monopólio fosse o aumento de tarifas, bastaria controlar as tarifas", diz Alejandra Herrera, economista e consultora especializada em telecomunicações. O problema, explica ela, é que nenhum órgão regulador consegue imitar os efeitos da competição sobre a inovação tecnológica e a oferta de novos serviços. É só olhar o mercado de telefonia móvel, onde a disputa pelos usuários é traduzida em uma infinidade de planos de serviços e promoções.

Há dez anos, a internet tinha 10 milhões de usuários em todo o mundo e os celulares em serviço eram 34 milhões, de acordo com a União Internacional das Telecomunicações (UIT). Ninguém previa, então, que em 2002, o número de telefones móveis (1,55 bilhão) ultrapassaria o de telefones fixos (1,13 bilhão) e que o acesso à internet seria responsável por uma parte importante do tráfego que passa pelas redes de telefonia fixa. Tanto concessionárias locais quanto seus concorrentes concordam em um ponto: é melhor deixar a porta aberta às inovações, que garantem novos serviços e melhores preços ao consumidor. Como fazer isso, e com qual objetivo, cabe ao novo governo responder.